



Estado de Goiás
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos



Secretaria do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos

PORTARIA Nº 883/2014 - SRH

O SUPERINTENDENTE DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o disposto no inciso I do Art. 26 da Constituição Federal, do Art. 43 do Decreto nº 24.643 de 10 de julho de 1.934, do item "6" alínea "m", inciso III artigo 4º do capítulo III da Lei Estadual 12.603 de 07 de abril de 1.995, da Portaria SEMARH nº071 de 10/05/2012 e do que consta o Processo nº 20844/2012 – 29058, **RESOLVE:**

Art. 1º – Outorgar, à CELG Geração e Transmissão S.A, FR Incorporadora Ltda, Construtora Queiroz Galvão e Energest S.A, CPF/CNPJ Nº: 07.779.299/0001-73, 04.222.898/0001-01 e 33.412.792/0001-60, 04.029.601/0001-88, a disponibilidade hídrica das águas estaduais localizado no(s) município(s) de Aparecida do Rio Doce e Caçu, Estado de Goiás, caracterizada pelas vazões médias afluentes, constantes do Anexo I, que serão subtraídas das vazões médias destinadas ao atendimento dos usos consuntivos a montante:

NOME DO EMPREENDIMENTO:	UHE Salto Duran	
MANANCIAL:	Rio Claro	
COORDENADAS DO EIXO DO BARRAMENTO:	18° 21' 02"S e 51° 15' 14" O	
VOLUME DO RESERVATÓRIO NO N.A MÁX. NORMAL:	31,75 hm³	
ÁREA DO RESERVATÓRIO NO N.A MÁX. NORMAL:	7,34 Km²	
VAZÃO MÉDIA A LONGO TERMO DO MANANCIAL:	141,5 m³/s	
TIPO DE USO:	Barramento	
FINALIDADE:	Geração de Energia Hidrelétrica	
CAPACIDADE GERADORA:	39,5 MW	Nº TURBINAS: 02
VAZÕES TURBINADAS:	Máxima = 178,2 m³/s	Mínima = 68,4 m³/s
VAZÃO MÍNIMA A JUSANTE NO PERÍODO DE ENCHIMENTO:	28,71 m³/s	

Parágrafo Único - Todas as obras, projetos e estudos hidrológicos desta outorga são de responsabilidade do usuário requerente/responsável(eis) técnico(s) e deverão ser executadas, no prazo de **03 (três) ano(s)**, exceto para a projeção de usos consuntivos conforme parecer técnico nº43965/2013, para consolidação deste ato, sob pena de revogação, conforme previsto no Processo acima mencionado.

Art. 2º – As vazões outorgadas têm a finalidade de garantir a disponibilidade hídrica, com as seguintes características:

- I. nível d'água máximo normal a montante: 520,0 m;
- II. nível d'água máximo maxiorum: 523,0 m;
- III. nível d'água mínimo normal a montante: 520,0 m;
- IV. nível d'água máximo de jusante: 499,8 m;
- V. nível d'água normal de jusante: 495,0 m
- VI. vazão decamilenar defluente: 2487,0 m³/s;

§ 1º O vertedor deverá ser verificado para a passagem da cheia máxima provável, mantendo uma borda livre em relação à crista da barragem adequada para o porte do empreendimento;

§ 2º O abastecimento de água de sedes municipais e distritais das localidades afetados diretamente pelo reservatório, cujos pontos de captação estejam eventualmente na área a ser inundada, não poderão ser interrompidos em decorrência da implantação do empreendimento, em suas fases de construção e operação;

§ 3º As áreas urbanas e localidades deverão ser relocados ou protegidas contra cheias com tempo de recorrência de 50 anos, considerando o efeito do remanso sobre a linha de inundação do reservatório;

§ 4º As infraestruturas compostas por rodovias, ferrovias e pontes deverão ser relocadas ou protegidas contra cheias com tempo de recorrência de 100 anos, considerando o efeito do remanso sobre a linha de inundação do reservatório;

§ 5º Recomenda-se o acompanhamento e evolução do assoreamento no reservatório, e a adoção de medidas preventivas para garantir vida útil adequada para o empreendimento.

Art. 3º - O titular(es) da outorga deverá(ao) implantar e manter estação de monitoramento, e reportar os dados monitorados regularmente à ANA, conforme as seguintes especificações mínimas, sem prejuízo do disposto na resolução ANEEL/ANA nº 03, de 10 de agosto de 2010 e na Instrução Normativa SEMARH nº 07, de 13 de dezembro de 2010.

Art. 4º - A Outorga objeto desta Portaria:

I. Poderá ser suspensa, parcial ou totalmente, em definitivo ou por tempo determinado, no caso de incidência nos art. 15, 49 e 50 da Lei Federal nº 9.433 de 8 de janeiro de 1997, e nos art. 13, 14 e 15 da Lei Estadual nº 13.123 de 16 de julho de 1997 e em caso de indeferimento ou cassação da Licença Ambiental pelo órgão competente.

Art. 5º – Fica o(s) outorgado(s) obrigado a:

I. Manter o uso em perfeitas condições de estabilidade e segurança, respondendo pelos danos a que der causa, em relação ao meio ambiente e a terceiros.

II. A outorgada é responsável pelos aspectos relacionados à segurança da barragem, devendo assegurar que seu projeto, construção, operação e manutenção sejam executados de acordo com o que estabelece a Lei Federal nº 12.334, de 20 de setembro de 2010, e demais regulamentos emitidos pelo órgão fiscalizador da segurança da barragem;

III. Responder, civilmente e criminalmente, por danos causados à vida, à saúde e ao meio ambiente, bem como do uso inadequado que vier a fazer da outorga solicitada;

IV. Responder por todos os encargos relativos à execução dos serviços e obras necessárias à efetivação do uso, inclusive para a adequação da qualidade da água conforme Portaria MS nº 2.914, de 12-12-2011 e Resolução CONAMA nº 357/2005, além de captações de água, acumulações e dos usos insignificantes, em vigor na data de início do enchimento, nos trechos de rio correspondentes à área a ser inundada e a jusante do empreendimento, bem como nos casos de alteração, modificação ou adaptação dos sistemas que, a critério da SEMARH, venham a ser exigidos, em função do interesse público ou social.

V. Apresentar estudo de avaliação de demanda hídrica para usos consuntivos a montante do reservatório, sendo a reconstrução da série de consumos e projeção dos usos para o período de vigência da concessão, de acordo com parecer técnico de outorga nº 43965/2013 e a série de vazões médias mensais naturais afluentes à UHE Salto Duran, em 90 (noventa) dias até 02 de junho de 2014.

VI. Apresentar Plano de Uso do Reservatório - PUR, programa que visa compatibilizar os usos múltiplos de água, atuais e futuros, com a qualidade de água previstas para o reservatório.

VII. Apresentar estudos de qualidade da água do futuro reservatório, com resultados de simulação de enchimento e operação.

VIII. Demonstrar as possíveis interferências dos enchimentos simultâneos, e cronograma de enchimento com as vazões $Q_{95\%}$.

IX. Apresentar as atualizações das etapas do Licenciamento Ambiental, com possíveis adaptações de projeto e vazões ecológicas.

X. Apresentar estudo de remanso detalhado, para calibração do modelo com perfis de linha d'água e a utilização de níveis d'água, com estudos das seções transversais ao longo de pontos importantes e no canal de fuga do aproveitamento projetado a montante (PCH Ari Franco), avaliando os efeitos da sedimentação nestes locais e da cabeceira do Córrego do Cerrado.

XI. Manter vazão ecológica a jusante do vertimento para manutenção do aspecto cênico e dos ecossistemas aquáticos da Cachoeira Salto Duran (Foz do Rio Doce) de 16,0 m³/s.



Estado de Goiás
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos



Secretaria do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos

Art. 6º – A SEMARH poderá rever, a qualquer tempo, os aspectos relativos à Outorga dispostos nesta portaria, inclusive para eventual atualização das vazões destinadas aos usos consuntivos da água a montante e demais condições de operação do reservatório.

Art. 7º - Considerando que o Rio Claro é parte integrante da bacia hidrográfica do Rio Paranaíba, fica estabelecido que o futuro titular da outorga deverá atender às recomendações referentes ao aproveitamento hidrelétrico em questão, determinadas pelo Plano de Recursos Hídricos da Bacia do Rio Paranaíba, aprovado pelo Comitê da Bacia da Bacia do Rio Paranaíba por meio da Deliberação N° 38 de 04 de junho de 2013.

Art. 8º – A não observância ao estabelecido neste ato, poderá caracterizar o usuário como infrator com a consequente aplicação das penalidades previstas em Lei.

Art. 9º – Esta Portaria poderá ser revogada, sem que caiba indenização a qualquer título, além dos casos gerais, nos seguintes casos especiais:

- I. Na hipótese de infringência das disposições relativas à legislação pertinente;
- II. Da constatação de discrepâncias entre os projetos apresentados e os usos efetivamente implementados;
- III. Do descumprimento das especificações desta Portaria.

Art. 10º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário e resguardadas as modificações de legislações posteriores.

CUM PRA - S E.

SUPERINTENDÊNCIA DE RECURSOS HÍDRICOS DA SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HÍDRICOS, em Goiânia, aos **15** dias do mês de **abril** de 2014.




Estado de Goiás
Secretaria do Meio Ambiente
e dos Recursos Hídricos

SEMARH
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E DOS RECURSOS HÍDRICOS


BENTO DE GODOY NETO
Superintendente de Recursos Hídricos

ANEXO I – Série de vazões médias mensais afluentes à PCH Salto Duran (m³/s)

Ano	JAN	FEV	MAR	ABR	MAI	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ	Média
1931	210,2	324,8	381,6	263,7	195,6	145,0	105,0	79,7	97,3	99,6	144,2	198,8	186,3
1932	215,1	267,0	235,6	151,3	134,7	91,1	75,9	66,9	78,9	143,4	137,1	218,4	151,1
1933	287,9	267,0	224,9	175,4	102,7	78,9	63,1	61,7	79,7	93,4	78,2	173,8	139,9
1934	175,4	197,2	160,1	126,0	75,1	57,2	48,4	45,5	91,1	76,6	112,7	212,7	114,4
1935	185,0	296,2	267,9	269,5	133,1	100,3	76,6	72,1	76,6	109,6	138,6	151,3	155,4
1936	145,8	161,7	170,5	137,1	117,4	75,9	57,9	52,8	58,7	74,4	118,2	210,2	115,0
1937	206,1	257,9	253,8	175,4	115,9	93,4	74,4	62,4	64,6	69,9	154,5	238,1	146,6
1938	272,9	324,8	243,0	181,8	137,9	102,7	84,2	71,4	70,6	155,3	133,9	202,1	164,2
1939	253,8	316,4	224,1	169,7	116,6	113,5	77,4	64,6	64,6	72,1	127,6	160,1	145,6
1940	258,8	348,5	314,7	198,8	147,4	92,6	74,4	66,1	60,2	105,0	184,2	197,2	170,1
1941	224,9	203,7	207,8	133,1	104,2	80,4	68,4	60,9	88,8	105,8	159,3	145,0	131,4
1942	189,1	195,6	253,8	202,9	135,5	88,8	75,9	66,9	84,2	85,8	164,1	177,0	143,0
1943	302,1	308,8	238,1	150,5	105,8	83,5	74,4	63,9	79,7	133,9	173,8	168,1	156,0
1944	127,6	190,7	187,5	145,6	103,4	74,4	66,1	59,4	53,5	99,6	133,1	143,4	114,9
1945	176,2	211,9	245,5	195,6	112,7	73,6	62,4	54,3	53,5	111,2	153,7	222,5	139,0
1946	233,2	204,5	229,9	171,3	115,1	80,4	87,3	72,1	63,9	78,9	115,1	130,0	131,5
1947	207,8	207,8	313,0	193,1	112,7	91,9	80,4	72,1	88,8	125,3	110,4	238,1	153,4
1948	236,4	240,6	245,5	148,2	105,0	86,5	68,4	65,4	59,4	60,2	141,0	190,7	137,0
1949	217,6	307,1	235,6	136,3	112,0	90,3	69,9	60,9	56,5	105,0	97,3	162,5	136,6
1950	195,6	231,5	253,8	146,6	91,9	72,1	63,1	55,7	51,3	88,8	159,3	179,4	131,9
1951	337,5	310,5	314,7	176,2	122,1	97,3	81,2	71,4	62,4	75,9	102,7	134,7	156,5
1952	140,2	235,6	274,5	176,2	102,7	83,5	72,9	62,4	57,2	85,8	115,9	143,4	128,8
1953	112,0	119,8	191,5	150,5	92,6	63,9	58,7	59,4	84,2	82,7	96,5	149,0	105,0
1954	145,8	178,6	127,6	78,9	76,6	66,1	52,1	44,8	44,8	51,3	64,6	99,6	85,4
1955	168,1	141,8	122,9	127,6	76,6	49,9	44,8	39,7	39,7	72,9	72,9	160,1	92,9
1956	164,1	136,3	119,8	101,9	101,9	98,8	81,2	66,1	66,2	80,5	97,8	162,5	106,4
1957	189,8	296,5	234,5	222,8	160,4	101,9	83,0	73,9	87,8	65,2	97,6	135,5	144,7
1958	205,5	239,9	199,0	171,0	129,3	92,5	87,5	69,0	70,8	87,5	88,7	138,3	131,0
1959	297,2	168,3	272,9	165,1	106,6	95,5	65,2	61,6	65,8	85,4	114,4	115,2	134,4
1960	242,4	238,4	214,1	167,0	123,6	84,7	67,8	59,1	62,4	104,7	179,4	178,6	143,2
1961	218,4	212,7	255,4	149,8	108,9	89,6	69,9	71,4	58,7	65,4	88,1	140,2	127,0
1962	267,0	234,0	269,5	164,9	103,4	80,4	64,6	57,9	69,9	82,7	79,7	228,2	141,6
1963	191,5	180,2	143,4	91,9	72,1	60,2	54,3	49,9	47,7	57,2	78,9	77,4	91,6
1964	144,2	232,3	127,6	115,1	74,4	56,5	50,6	47,7	49,9	92,6	148,2	166,5	108,3
1965	207,0	226,6	261,2	202,9	119,0	82,7	67,6	58,7	52,8	131,5	118,2	179,4	141,9
1966	184,2	255,4	286,2	188,3	124,5	84,2	71,4	65,4	69,9	123,7	149,0	168,1	146,9
1967	229,0	205,6	222,2	190,6	110,6	93,5	74,6	63,9	69,9	94,2	106,5	172,1	135,7
1968	169,7	262,9	225,8	145,0	99,6	75,9	67,6	69,1	91,1	91,9	109,6	201,3	133,7
1969	211,0	165,7	146,6	97,3	70,6	58,7	49,9	47,7	51,3	70,6	105,0	139,4	100,9
1970	174,6	257,9	230,7	172,1	97,3	72,1	64,6	56,5	69,1	97,3	129,2	89,6	125,0
1971	105,0	98,8	140,2	98,7	78,3	65,1	47,6	41,4	46,3	108,2	112,6	165,4	92,4
1972	130,2	208,4	148,5	102,3	69,0	51,0	51,1	39,4	35,0	78,5	130,7	206,6	103,9
1973	213,1	197,4	146,1	148,1	106,7	78,3	62,1	52,0	44,7	70,0	136,8	153,4	117,8
1974	199,3	189,4	335,1	261,9	162,7	117,0	90,3	74,6	62,6	89,4	62,3	136,8	148,4
1975	174,5	136,7	220,9	216,7	111,4	82,3	72,8	56,2	46,5	64,2	134,7	134,3	120,8
1976	147,6	298,9	221,0	161,7	136,6	102,0	74,5	65,3	73,0	84,9	132,3	256,1	145,6
1977	270,6	352,0	184,9	187,3	120,9	103,7	77,4	62,5	77,1	69,4	127,8	170,8	149,0
1978	340,5	185,5	244,9	190,2	131,0	105,6	81,7	64,9	79,4	69,3	113,2	206,3	151,1
1979	372,0	321,2	297,7	180,1	128,4	109,8	93,5	78,2	106,0	85,7	129,1	163,1	171,3
1980	214,7	440,4	264,6	240,2	149,2	107,3	90,3	76,1	76,8	70,2	105,0	168,9	165,9
1981	224,9	164,7	207,9	155,6	100,6	86,5	74,3	62,1	55,2	87,7	151,5	223,0	132,8



Estado de Goiás
Secretaria do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos

1982	318,7	340,1	448,9	345,7	213,1	164,1	125,2	112,9	111,3	127,1	128,0	165,8	216,0
1983	349,	410,0	259,8	241,0	168,1	159,9	118,4	92,5	93,7	113,5	142,2	348,7	206,8
1984	267,3	209,3	221,1	250,8	164,6	116,7	96,7	101,7	92,4	101,1	123,8	180,6	160,4
1985	291,7	286,8	292,4	201,1	143,9	115,6	103,9	83,7	73,4	69,3	83,5	788	151,3
1986	149,3	159,9	131,1	116,5	94,8	75,5	61,8	68,6	59,4	60,0	74,7	175,7	102,0
1987	230,9	254,7	274,4	188,7	134,8	109,1	89,0	75,3	69,2	89,9	134,6	222,9	155,7
1988	221,5	317,1	387,1	257,8	180,0	148,1	107,7	84,0	68,8	85,7	99,0	153,4	175,4
1989	330,1	416,4	246,4	212,3	174,4	135,2	113,0	105,1	98,1	83,7	120,5	274,8	199,7
1990	240,7	182,2	169,8	165,2	137,5	94,4	79,6	71,9	72,6	101,1	102,3	127,2	128,5
1991	198,4	293,1	380,1	377,5	172,3	128,8	105,4	88,9	73,9	116,1	98,2	99,9	176,9
1992	230,4	230,5	276,2	286,4	197,3	119,4	98,4	83,0	111,2	135,2	143,9	175,8	173,7
1993	164,8	245,1	173,4	174,2	122,0	112,7	76,8	73,9	66,1	69,9	39,7	178,1	124,0
1994	278,8	193,7	285,0	208,9	130,7	111,2	91,6	75,4	59,3	69,3	92,2	138,6	144,5
1995	169,1	228,2	171,7	186,3	146,1	105,2	81,6	62,3	59,0	78,0	98,9	112,0	123,7
1996	179,4	162,8	224,2	172,8	124,4	92,3	80,4	80,2	73,7	71,3	194,5	219,9	139,6
1997	284,8	241,3	220,0	170,3	137,0	159,6	132,3	94,6	87,2	96,2	138,0	255,2	167,8
1998	199,3	290,8	272,8	204,8	134,0	114,5	89,4	85,0	73,6	70,1	98,0	183,4	150,5
1999	195,2	158,6	248,2	144,5	103,0	91,8	80,1	62,8	60,1	54,8	96,2	105,2	116,6
2000	192,2	279,9	311,1	189,6	133,2	100,1	85,7	70,1	81,4	65,9	134,1	189,4	152,3
2001	204,2	209,7	211,1	146,8	125,4	98,2	72,7	57,7	57,5	74,0	95,7	211,0	130,0
2002	356,5	412,6	309,2	181,2	149,8	108,0	99,3	80,5	78,8	65,2	81,4	103,5	167,5
2003	188,9	239,8	259,3	255,1	137,9	105,7	86,1	72,0	57,4	70,9	81,0	142,2	140,7
2004	186,5	337,9	238,4	201,9	141,0	105,5	85,1	67,5	56,0	70,7	93,8	132,4	142,3
2005	249,1	198,1	276,5	184,0	132,3	107,3	85,2	67,8	63,3	69,1	104,0	258,5	149,6
2006	198,8	224,6	313,5	233,6	139,3	106,8	90,9	75,1	71,0	100,7	116,2	185,2	154,3
2007	286,0	362,9	232,2	146,8	123,6	100,9	89,7	73,3	58,2	63,8	88,1	116,1	143,8
2008	166,6	280,1	299,2	298,0	171,3	122,1	103,5	120,0	129,7	149,1	173,7	195,1	183,5
2009	189,7	269,9	294,7	278,8	168,4	107,4	94,5	74,0	92,9	93,3	108,8	164,0	160,6
Média	218,1	245,5	241,5	183,4	124,6	96,0	78,8	68,4	70,2	88,4	117,6	171,8	141,5